

**AEROPORTO DE GUARULHOS PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ: 15.561.610/0001-31

**RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2021. Permanecemos à disposição de V.Sas para quaisquer esclarecimentos necessários.

Balancos Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)					
Ativo Circulante	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	274	471	248.011	330.022
Aplicações financeiras vinculada	5	-	-	747.330	145.647
Contas a receber	6	-	-	221.058	149.814
Estoque	-	-	-	11.686	10.310
Tributos a recuperar	7 (a)	35	9	38.928	30.422
Depesas Antecipadas	-	-	-	4.885	4.754
Outros Adiantamentos	-	-	-	2.192	2.316
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>309</b>	<b>480</b>	<b>1.274.090</b>	<b>673.285</b>
<b>Não Circulante</b>					
Aplicações financeiras	5	-	-	158.385	128.389
Contas a receber	6	-	-	9.855	5.037
Tributos a recuperar	7 (a)	64	91	336.977	362.025
Estoque	-	-	-	4.171	4.252
Impostos diferidos ativos	7 (b)	-	-	787.619	609.840
Partes relacionadas	8	-	-	36.449	17.730
Depósitos judiciais	14	-	-	27.183	25.832
Imobilizado	9	-	-	1.884	2.653
Intangível	10	-	-	12.749.399	13.334.361
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>64</b>	<b>91</b>	<b>14.111.922</b>	<b>14.490.119</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>373</b>	<b>571</b>	<b>15.386.012</b>	<b>15.163.404</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis.

**Demonstração do Resultado exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Nota	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida	19	-	1.602.775	1.375.755
Receita de construção	20	-	32.024	39.543
Custo dos serviços prestados	20	-	(1.265.344)	(1.335.542)
Custo de construção	20	-	(32.024)	(39.543)
<b>Lucro bruto</b>			<b>347.431</b>	<b>40.213</b>
<b>Receitas (Despesas) operacionais</b>				
Gerais e administrativas	20	(163)	(176)	(69.235)
Equivalência patrimonial	20	(499.736)	-	(239.465)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	20	-	(63.252)	702.798
<b>Resultado operacional</b>				
Receitas (Despesas) financeiras	21	15	17	90.067
Receitas financeiras	21	(20)	(16)	(2.228.589)
Despesas financeiras	21	(5)	1	(1.284.393)
<b>Total</b>				
<b>Prejuízo do exercício de operações antes dos impostos</b>				
Imposto de renda e contribuição social	(23)	-	-	590.300
Corrente	(23)	-	-	-
Diferido	7(c)	-	-	177.572
<b>Prejuízo do exercício</b>				
Atribuível aos acionistas controladores	(499.635)	(63.429)	(1.157.529)	(714.506)
Atribuível aos acionistas não controladores	(499.635)	(63.429)	(499.635)	(63.429)
<b>Prejuízo básico por lote de mil ações continuadas (Em reais - R\$)</b>				
<b>Prejuízo diluído por lote de mil ações continuadas (Em reais - R\$)</b>				

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis.

**Demonstração do Resultado Abrangente exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020 (Em milhares de reais)**

Nota	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Prejuízo do exercício</b>	(499.635)	(63.429)	(979.774)	(124.206)
<b>Resultados abrangentes</b>				
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>				
Acionistas controladores	(499.635)	(63.429)	(499.635)	(63.429)
Acionistas não controladores	-	-	(480.139)	(60.777)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis.

**Demonstração do Valor Adicionado exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)**

Nota	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Receitas</b>				
Receita operacional	18	-	2.257.355	1.953.964
Receita de construção	18	-	32.024	39.543
Reversões/(perda) estimada em créditos de liquidação duvidosa	-	-	54.483	(83.479)
<b>Insumos aditivados de terceiros</b>				
Custo das mercadorias e serviços vendidos	16	(159)	(177)	(62.840)
Custo de construção	-	-	(32.024)	(39.543)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(159)	(177)	599.060	639.093
Perda/recuperação de valores ativos	-	-	-	-
<b>Valor adicionado bruto</b>				
Retenções	9 e 10	(159)	(177)	1.374.455
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>				
Participação de acionistas não controladores	(499.736)	(63.236)	90.052	56.818
Resultado de equivalência patrimonial	(499.736)	(63.253)	-	-
Receitas financeiras	14	-	17	90.052
<b>Total do valor adicionado das operações continuadas a distribuir</b>				
<b>Parti do valor adicionado a distribuir</b>				
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
<b>Pessoal e encargos</b>				
Remuneração direta	-	-	64.415	61.635
Benefícios	-	-	24.223	26.098
FGTS	-	-	4.719	5.958
Outros	-	-	302	-
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>				
Federais	29	-	126.246	(339.716)
Municipais	24	-	81.538	61.435
<b>Remuneração total de terceiros</b>				
Juros	(17)	-	305.739	279.564
Atualização Outorga	-	-	1.857.138	1.047.831
Outras	(271)	-	61.801	11.576
<b>Remuneração de capital próprio</b>				
Participação de acionistas controladores	(499.635)	(63.429)	(979.774)	(124.206)
Participação de acionistas não controladores	(499.635)	(63.429)	(499.635)	(63.430)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (exceto quando mencionado de outra forma)**

**1. Contexto operacional**  
**1.1. Informações gerais**  
 O Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. ("Companhia" ou "GRUPAR"), cuja sede está localizada na Rodovia Hélio Smidt, s/nº, 3º andar - sala 307, foi constituída sob a forma de "sociedade anônima".  
 A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores e tem como objetivo (i) exercer o controle de sociedade da Companhia do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("Concessionária" ou "GRU AIRPORT") de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária do Aeroporto de Guarulhos e do respectivo complexo aeroportuário; (ii) exercer outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social; e (iii) participação em outras sociedades com atividades relacionadas ao objeto social, como acionista ou sócia-quotista.  
 A GRUPAR é controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR, que detém 80% do capital da Companhia, sendo os outros 20% da Airports Company South Africa Soc Limited ("ACSA").  
 A GRU AIRPORT é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) constituída por seus acionistas GRUPAR, com 51% das ações ordinárias, uma controlada do grupo INVEPAR, e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAEPO, com 49%, constituída em 8 de maio de 2012. A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto, categoria "B" e tem como principal objetivo social a prestação de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária do Aeroporto de Guarulhos.

O Governo Federal e a Companhia assinaram o contrato de concessão do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro no dia 14 de junho de 2012, pelo período correspondente a 20 anos, tendo seu início em 11 de julho de 2012 e término em 10 de julho de 2032, podendo ser renovado por mais 5 (cinco) anos, uma única vez, para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em decorrência de Revisão Extraordinária, na forma prevista no Contrato de Concessão. Esse contrato de concessão prevê que a Companhia realize pagamentos de outorga fixa e variável, conforme descritos na nota explicativa nº 14.  
 Em dezembro de 2017, com o intuito de melhorar a estrutura de capital para os próximos anos, a Companhia aderiu à reprogramação dos fluxos de pagamentos da contribuição fixa, instituída pela Lei nº 13.999/17, antecipando parcialmente o valor da Outorga Fixa de 2018 e postergando na mesma proporção o valor para 2031 e 2032. Esta medida garante, conforme planejamento da Companhia, caixa suficiente para cumprir com as obrigações de pagamento das Outorgas Fixas futuras (vide Nota 14).

Em dezembro de 2020, a GRU AIRPORT em consequência dos desdobramentos e continuidade da pandemia da COVID-19, aderiu a uma nova reprogramação dos fluxos de pagamentos da contribuição fixa (vide Nota 13, 2ª Repectação).  
 Em dezembro de 2021, em consequência da pandemia COVID 19, a Concessionária aderiu a uma nova reprogramação dos fluxos de pagamentos da contribuição fixa (vide nota 14).  
 Pelos próximos 12 anos, a Companhia realizará investimentos para melhorar a capacidade da infraestrutura, segurança, incluindo novos processos e serviços para seus passageiros e usuários.

Em 31 de dezembro de 2021, a GRUPAR apresentou um capital circulante líquido líquido de R\$ 278 na controladora e um capital circulante líquido negativo no consolidado de R\$ 1.709.398 (em 31 de dezembro de 2020 a controladora apresentou um capital circulante líquido de R\$ 469 e no consolidado foi de R\$ 1.121.629), o resultado negativo se dá aos valores a pagar ao poder concedente das Outorgas que tiveram uma média de variação de R\$ 997.443, pela correção do IPCA de 2021 em 10,06% (2020 em 4,52%).

**2.3. Bases de consolidação**  
 As demonstrações contábeis consolidadas incluem a GRUPAR e sua controlada GRU Airport, na qual a participação de GRUPAR é apresentada como segue:

% de participação da GRUPAR		
	Votante	
	2021	2020
GRU Airport	51%	51%

Controlada é toda a entidade na qual a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar poder para afetar seus retornos. A existência e o efeito de possíveis diretos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. A controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.  
 Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre GRUPAR e sua controlada são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.  
 A consolidação é feita a partir da data de aquisição da investida e tem como principais procedimentos: (i) a eliminação das transações realizadas entre controladora e controlada; e (ii) a eliminação das participações no capital, reservas e resultados acumulados da empresa consolidada.  
 O período da controlada incluída na consolidação é coincidente com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme na controladora e controlada.

**12.1. Coronavírus (COVID-19)**  
**Efeitos da pandemia do COVID-19**  
 Desde março de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia do novo coronavírus, o Brasil e o mundo passaram a enfrentar uma grande crise econômica. Os resultados da Companhia foram duramente afetados e à medida que a crise se estende, a situação se agrava. Dentre as decisões, destacam-se aquelas relacionadas às restrições de mobilidade, distanciamento social, fechamento de fronteiras locais e internacionais e outras que impactam diretamente nos negócios da Companhia.  
 Como consequência dos efeitos da pandemia do Coronavírus, a Companhia verificou queda significativa no desempenho operacional de 2020, como segue:

GRU Airport	2021	2020	%
Passageiros total (Mil)	24.172	20.323	18,9%
Movimento total de Aeronaves	188.573	155.912	20,9%
Carga total (Toneladas)*	330.608	211.079	56,6%

\* Volume total de cargas movimentadas.  
 Todas as ações realizadas, pela Administração da Companhia, como mencionado nas demonstrações financeiras divulgadas de 31 de dezembro de 2020 (publicadas na imprensa oficial em 26 de março de 2021 e nos websites: www.com.gov.br e www.gru.com.br), permanecem para o ano de 2021, para a preparação da saúde financeira e continuidade dos negócios, diante ainda das incertezas dos impactos da pandemia do Coronavírus. Entre os meses de maio e junho de 2021, uma ação que integra o Programa Nacional de Operacionalização da Vacina contra a COVID-19, do Ministério da Saúde e o Plano Estadual de Imunização garantiu a distribuição de cerca de 16 mil doses. Entre as pessoas que foram imunizadas com a primeira

Passivo e patrimônio líquido Circulante	Nota	Controlada		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Fornecedores	11	9	10	50.334	40.075
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	322.347	297.842
Debêntures	12	-	-	129.849	102.671
Tributos a recolher	7(d)	22	1	106.695	103.703
Obrigações com empregados e administradores	-	-	-	17.014	9.713
Concessão de serviço público	14	-	-	2.204.864	1.207.381
Adiantamentos de clientes	-	-	-	6.782	22.905
Partes relacionadas	8	-	-	56.466	25.426
Receita diferida	-	-	-	25.413	21.057
Outros	16	-	-	63.724	55.141
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>31</b>	<b>11</b>	<b>2.983.488</b>	<b>1.885.514</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	2.047.212	2.372.130
Debêntures	12	-	-	536.209	574.082
Concessão de serviço público	13	-	-	12.522.796	12.089.152
Adiantamentos de clientes	-	-	-	3.819	-
Provisão para riscos processuais	14	8	-	37.882	29.869
Dividendos a pagar	8	12.306	12.306	12.306	12.306
Receita diferida	16	-	-	152.617	127.690
Provisão para passivo descoberto	15	1.477.544	977.809	-	-
Outros	17	-	-	326	1.604
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.489.858</b>	<b>990.441</b>	<b>15.311.641</b>	<b>15.206.833</b>

**Participação dos não controladores (Passivo a descoberto)**  
 Capital social 18 1.359.049 1.359.049 1.359.049 1.359.049  
 Prejuízos acumulados (2.850.660) (2.351.025) (2.850.660) (2.351.025)  
 Adiantamento para futuro aumento de capital 2.095 2.095 2.095 2.095  
**Total do passivo não circulante (1.489.516) (989.881) (1.489.516) (989.881)**

**Total do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)**  
**(1.489.516) (989.881) (2.909.117) (1.929.343)**  
**Total do passivo e patrimônio líquido 373 571 15.386.012 15.163.404**

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)**

Nota	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	1.359.049	(2.287.596)	2.095	(926.452)
Prejuízo do exercício	-	(124.206)	-	(124.206)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	1.359.049	(2.411.802)	2.095	(1.050.658)
Prejuízo do exercício	-	(979.774)	-	(979.774)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	1.359.049	(3.391.576)	2.095	(2.030.432)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis.

**Demonstração dos Fluxos de Caixa exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)**

Nota	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Resultado antes dos impostos</b>				
Ajustes:				
Depreciações e amortizações	9 e 10	-	-	806.929
Baixa de imobilizado e intangível	9 e 10	-	-	49
Impostos a recolher	6	-	-	(54.482)
Prejuízo na baixa do imobilizado/intangível	6	-	-	83.479
Equivalência patrimonial	15	499.735	63.253	-
Apropriação receita diferida	-	-	-	(11.163)
Provisão para riscos processuais	14	-	-	8.005
Variações monetárias e encargos, líquidos	-	1	2.125.531	438.672
Reequilíbrio econômico financeiro	21	-	-	(1.607.449)
Outros créditos	-	-	-	959
<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais:</b>				
Contas a receber de clientes	6	-	-	(21.580)
Fatores	-	-	-	(1.295)
Depósitos judiciais	7	1	6	16.542
Adiantamentos	14	-	-	(6)
Partes relacionadas	8	-	-	(18.719)
Outros	-	(319)	-	(319)
<b>(Aumento) redução nos passivos operacionais:</b>				

**AEROPORTO DE GUARULHOS PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ: 15.561.610/0001-31

atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhoraram a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como ao reconhecimento de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

**Impostos**

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributários futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesas de impostos já registrados. O valor desses provisões baseia-se em vários fatores, como interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento tributário.

**Valor justo de instrumentos financeiros**

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando disponíveis, contendo, quando não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

**Provisões para riscos cíveis, tributárias, administrativas e trabalhistas**

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias, administrativas e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**2.19. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado**

A demonstração do fluxo de caixa foi preparada pelo método indireto e está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento ICPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

A demonstração do valor adicionado foi preparada e está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

**2.20 Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelos caixas e equivalentes de caixas, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos e concessão de serviço público.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- Custo amortizado, quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem original, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem original, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxos de caixa.

Na mesma forma, a Companhia classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

**2.21. Custos de empréstimos**

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos aos empréstimos.

**2.22. Contrato de concessão - ICPC 01 (R1) (IFRIC 12)**

A Companhia contabiliza o Contrato de Concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das Companhias por que o Contrato de Concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do Contrato de Concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do Contrato de Concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva estimada de utilização dos serviços da Companhia dentro do prazo do Contrato de Concessão.

**2.23. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas.**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022, conforme segue:

- (a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37) – A partir de 1º de janeiro de 2022.
- (b) Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16) - A partir de 1º de janeiro de 2022.
- (c) Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3) - A partir de 1º de janeiro de 2022.
- (d) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1) - A partir de 1º de janeiro de 2023.
- (e) IFRS 17 Contratos de Seguros - A partir de 1º de janeiro de 2023.

A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

**3. Contrato de concessão**

O contrato tem por objeto a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária, a serem implementadas nas seguintes fases:

- FASE I-A - Transferência das operações do Aeroporto sob comando da INFRAERO para a Companhia (fase concluída em 15 de fevereiro de 2013).
- FASE I-B - Ampliação do Aeroporto pela Companhia para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviços (fase concluída em 11 de maio de 2014).
- FASE I-C - Expansão aeroportuária e de adequação total a infraestrutura e ao nível de serviço disposto no Plano de Exploração Aeroportuária - PEA (fase concluída em 12 de maio de 2016).
- FASE II - Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto para o atendimento aos parâmetros mínimos de dimensionamento previsto no PEA (Fase atual da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

O Contrato de Concessão tem prazo de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por até 5 (cinco) anos, sendo a concessão outorgada pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

Integram a concessão os bens necessários a prestação do serviço de exploração aeroportuária já disponibilizados pelo poder público e incorporados à operação da Companhia, tais como edificações, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, pistas de pouso e decolagem, pátios de manobra, dentre outros.

Os custos com obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no Contrato de Concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no Contrato de Concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela Companhia. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados ao complexo aeroportuário.

Durante o período do contrato, a Companhia tem por obrigação, dentre outros, manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens necessários à prestação dos serviços que integram a concessão, mantendo um sistema de atendimento físico e eletrônico ao usuário e uma ouvidoria para apurar as reclamações relativas aos serviços prestados.

Pelo direito de exploração do complexo aeroportuário do Aeroporto Internacional de Guarulhos, a Companhia, com a assinatura do Contrato de Concessão, se comprometeu a desembolsar o total de R\$ 16.213.000 em parcelas anuais de R\$ 811.650, sendo o saldo corrigido desde fevereiro de 2012, mês de realização da sessão pública do leilão, pelo IPCA-IBGE, em conta a favor do FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil), a título de Outorga Fixa. Em conformidade com o aditamento ao contrato de concessão que alterou o fluxo de pagamento da Outorga Fixa original, nos termos da Lei nº 13.499/2017 e da Portaria nº 135/ MTPA, o montante em valores reais passa a ser R\$ 16.655.000 decorrente da reprogramação, permanecendo inalterado o valor presente líquido da Outorga Fixa original.

A Companhia também se comprometeu a realizar contribuição variável anual que corresponde ao montante, em reais, resultante da aplicação da alíquota de 10% (dez por cento) sobre a totalidade da receita bruta anual. Caso a receita bruta anual, observada pela Companhia, exceda os valores determinados no Contrato de Concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15% (quinze por cento).

A Companhia possui como remuneração as receitas tarifárias (tarifa de embarque, de conexão, de pouso e permanência, de armazenagem e capatazia) e receitas não tarifárias (cessão de espaço), inerentes à exploração dos espaços comerciais.

A Companhia poderá celebrar com terceiros, prestadores de serviços de transporte aéreo, de serviços auxiliares ao transporte aéreo ou exploradores de outras atividades econômicas, contratos que envolvam a utilização de espaço no Complexo Aeroportuário, sendo que a remuneração será livremente pactuada entre a Companhia e a outra parte contratante.

A Companhia e seu acionista privado não poderão realizar qualquer modificação direta ou indireta nos respectivos controles societários ou transferir a Concessão sem a prévia e expressa anuência da ANAC, sob pena de caducidade do contrato.

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora	Consolidado
	2021	2020
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	274	3
<b>Aplicações financeiras</b>	40.675	3.591
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>274</b>	<b>3</b>

	2021	2020
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	274	3
<b>Aplicações financeiras</b>	40.675	3.591
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>274</b>	<b>3</b>

	2021	2020
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	274	3
<b>Aplicações financeiras</b>	40.675	3.591
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>274</b>	<b>3</b>

	2021	2020
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	274	3
<b>Aplicações financeiras</b>	40.675	3.591
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>274</b>	<b>3</b>

	2021	2020
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	274	3
<b>Aplicações financeiras</b>	40.675	3.591
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>274</b>	<b>3</b>

	2021	2020
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	274	3
<b>Aplicações financeiras</b>	40.675	3.591
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>274</b>	<b>3</b>

	2021	2020
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	274	3
<b>Aplicações financeiras</b>	40.675	3.591
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>274</b>	<b>3</b>

	2021	2020
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	274	3
<b>Aplicações financeiras</b>	40.675	3.591
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>274</b>	<b>3</b>

	2021	2020
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	274	3
<b>Aplicações financeiras</b>	40.675	3.591
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>274</b>	<b>3</b>

	2021	2020
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	274	3
<b>Aplicações financeiras</b>	40.675	3.591
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>274</b>	<b>3</b>

	2021	2020
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	274	3
<b>Aplicações financeiras</b>	40.675	3.591
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>274</b>	<b>3</b>

	2021	2020
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	274	3
<b>Aplicações financeiras</b>	40.675	3.591
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>274</b>	<b>3</b>

	2021	2020
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	274	3
<b>Aplicações financeiras</b>	40.675	3.591
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>274</b>	<b>3</b>

	2021	2020
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	274	3
<b>Aplicações financeiras</b>	40.675	3.591
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>274</b>	<b>3</b>

	2021	2020
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	274	3
<b>Aplicações financeiras</b>	40.675	3.591
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>274</b>	<b>3</b>

	2021	2020
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	274	3
<b>Aplicações financeiras</b>	40.675	3.591
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>274</b>	<b>3</b>

	2021	2020
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	274	3
<b>Aplicações financeiras</b>	40.675	3.591
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>274</b>	<b>3</b>

	2021	2020
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	274	3
<b>Aplicações financeiras</b>	40.675	3.591
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>274</b>	<b>3</b>

	2021	2020
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	274	3
<b>Aplicações financeiras</b>	40.675	3.591
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>274</b>	<b>3</b>

	2021	2020
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	274	3
<b>Aplicações financeiras</b>	40.675	3.591
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>274</b>	<b>3</b>

	2021	2020
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	274	3
<b>Aplicações financeiras</b>	40.675	3.591
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>274</b>	<b>3</b>

	2021	2020
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	274	3
<b>Aplicações financeiras</b>	40.675	3.591
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>274</b>	<b>3</b>

	2021	2020
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	274	3
<b>Aplicações financeiras</b>	40.675	3.591
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>274</b>	<b>3</b>

	2021	2020
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	274	3
<b>Aplicações financeiras</b>	40.675	3.591
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>274</b>	<b>3</b>

	2021	2020
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	274	3
<b>Aplicações financeiras</b>	40.675	3.591
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>274</b>	<b>3</b>

	2021	2020
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	274	3
<b>Aplicações financeiras</b>	40.675	3.591
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>274</b>	<b>3</b>

	2021	2020
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	274	3
<b>Aplicações financeiras</b>	40.675	3.591
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>274</b>	<b>3</b>

	2021	2020
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	274	3
<b>Aplicações financeiras</b>	40.675	3.591
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>274</b>	<b>3</b>

	2021	2020
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	274	3
<b>Aplicações financeiras</b>	40.675	3.591
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>274</b>	<b>3</b>

	2021	2020
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	274	3
<b>Aplicações financeiras</b>	40.675	3.591
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>274</b>	<b>3</b>

	2021	2020
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	274	3
<b>Aplicações financeiras</b>	40.675	3.591
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>274</b>	<b>3</b>

	2021	2020
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	274	3
<b>Aplicações financeiras</b>	40.675	3.591
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>274</b>	<b>3</b>

	2021	2020
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	274	3
<b>Aplicações financeiras</b>	40.675	3.591
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>274</b>	<b>3</b>

	2021	2020
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	274	3
<b>Aplicações financeiras</b>	40.675	3.591
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>274</b>	<b>3</b>

	2021	2020
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	274	3
<b>Aplicações financeiras</b>	40.675	3.591
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>274</b>	<b>3</b>

	2021	2020
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	274	3
<b>Aplicações financeiras</b>	40.675	3.591
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>274</b>	<b>3</b>

	2021	2020
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	274	3
<b>Aplicações financeiras</b>	40.675	3.591
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>274</b>	<b>3</b>

	2021	2020
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	274	3
<b>Aplicações financeiras</b>	40.675	3.591
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>274</b>	<b>3</b>

	2021	2020
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	274	3
<b>Aplicações financeiras</b>	40.675	3.591
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>274</b>	<b>3</b>

	2021	2020
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	274	3
<b>Aplicações financeiras</b>	40.675	3.591
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>274</b>	<b>3</b>

	2021	2020
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	274	3
<		

**AEROPORTO DE GUARULHOS PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ: 15.561.610/0001-31

parcelas anuais, a partir de 15 de março de 2017 até 15 de dezembro de 2025, conforme vencimentos descritos a seguir:

Amortização	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série
5%	15/03/2017	15/06/2017	15/09/2017	15/12/2017
5%	15/03/2018	15/06/2018	15/09/2018	15/12/2018
8%	15/03/2019	15/06/2019	15/09/2019	15/12/2019
10%	15/03/2020	15/06/2020	15/09/2020	15/12/2020
12%	15/03/2021	15/06/2021	15/09/2021	15/12/2021
15%	15/03/2022	15/06/2022	15/09/2022	15/12/2022
15%	15/03/2023	15/06/2023	15/09/2023	15/12/2023
15%	15/03/2024	15/06/2024	15/09/2024	15/12/2024
15%	15/03/2025	15/06/2025	15/09/2025	15/12/2025

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 8 de agosto de 2014, foi aprovada a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 400, no valor de R\$ 300.000, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$ 1 cada, totalizando 300.000 debêntures. A totalidade dos recursos líquidos captados pela Companhia por meio da segunda emissão de debêntures foi utilizada especificamente para a

liquidação antecipada das Notas Promissórias emitidas em 7 de maio de 2014. A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 6,40% a.a., correspondente a 2ª emissão. Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, um ano após a emissão, até a amortização do principal, que possuem vencimentos conforme descrito a seguir:

Amortização	Data
5%	15/10/2018
5%	15/10/2019
8%	15/10/2020
10%	15/10/2021
12%	15/10/2022
15%	15/10/2023
15%	15/10/2024
15%	15/10/2025
15%	15/10/2026

Debêntures	Vencimento	Indexador	Encargos anuais	Saldo final 2020	Juros incorridos	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Custo de emissão	Saldo final 2021
1ª emissão 476	dez/25	IPCA	7,86%	333.142	58.021	(40.865)	(26.574)	-	323.724
2ª emissão 476	out/26	IPCA	6,40%	348.463	58.397	(37.031)	(23.602)	-	346.227
Custo com emissão				(4.852)	-	-	-	959	(3.893)
<b>Total</b>				<b>676.753</b>	<b>116.418</b>	<b>(77.896)</b>	<b>(50.176)</b>	<b>959</b>	<b>666.058</b>

Debêntures	Vencimento	Indexador	Encargos anuais	Saldo final 2019	Juros incorridos	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Custo de emissão	Saldo final 2020
1ª emissão 476	dez/25	IPCA	7,86%	354.479	40.872	(34.895)	(27.314)	-	333.142
2ª emissão 476	out/26	IPCA	6,40%	362.719	38.221	(29.207)	(23.270)	-	348.463
Custo com emissão				(5.814)	-	-	-	962	(4.852)
<b>Total</b>				<b>711.384</b>	<b>79.093</b>	<b>(64.102)</b>	<b>(50.584)</b>	<b>962</b>	<b>676.753</b>

Em 31 de dezembro de 2021, os custos de captação com as instituições financeiras para emissão das debêntures são de R\$ 3.893 (R\$ 4.852 em 31 de dezembro de 2020). Segue abaixo a composição das debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

13. Concessão de serviço público (Consolidado)	2020	Adição	Atualização resultado	Atualização intangível	Transferência	Compensação (b)	2021
Outorga variável	155.999	183.080	-	-	-	(156.002)	183.077
Outorga fixa	1.293.670	-	252.154	26.715	1.334.494	(923.649)	1.983.384
(-) Reequilíbrio	(242.258)	(763.789)	(35.171)	-	-	1.969.651	38.453
<b>Circulante</b>	<b>1.207.381</b>	<b>(580.709)</b>	<b>216.983</b>	<b>26.715</b>	<b>1.334.494</b>	<b>1.046.002</b>	<b>2.04.894</b>
Outorga fixa	12.183.712	-	1.604.984	170.046	(1.334.494)	-	12.624.188
(-) Reequilíbrio	(94.560)	(9.474)	1.612	-	-	-	(102.422)
<b>Não circulante</b>	<b>12.089.152</b>	<b>(9.474)</b>	<b>1.606.596</b>	<b>170.046</b>	<b>(1.334.494)</b>	<b>-</b>	<b>12.521.736</b>
<b>Total</b>	<b>13.296.533</b>	<b>(590.183)</b>	<b>1.823.579</b>	<b>196.761</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14.726.660</b>

(b) Compensação da Outorga Fixa, conforme Decisão nº 191 da ANAC	2019	Adição	Atualização resultado	Pagamento	Transferência	Compensação (b)	Pagamento	2020
Outorga variável	232.134	155.999	7.642	-	-	-	(239.776)	155.999
Outorga fixa	1.254.437	-	99.844	15.927	589.184	(665.752)	-	1.293.670
(-) Reequilíbrio	(9.405)	(856.602)	(35.957)	-	(6.046)	665.752	-	(242.258)
<b>Circulante</b>	<b>1.477.166</b>	<b>(700.603)</b>	<b>71.529</b>	<b>15.927</b>	<b>583.138</b>	<b>(239.776)</b>	<b>-</b>	<b>1.207.381</b>
Outorga fixa	11.682.545	-	940.315	150.006	(589.184)	-	-	12.183.682
(-) Reequilíbrio	(79.422)	(17.280)	(3.904)	-	6.046	-	-	(94.560)
<b>Não circulante</b>	<b>11.603.123</b>	<b>(17.280)</b>	<b>936.411</b>	<b>150.006</b>	<b>(583.138)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12.089.122</b>
<b>Total</b>	<b>13.080.289</b>	<b>(717.883)</b>	<b>1.007.940</b>	<b>165.963</b>	<b>-</b>	<b>(239.776)</b>	<b>-</b>	<b>13.296.533</b>

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização do saldo pelo IPCA. (b) Compensação da Outorga Fixa, conforme Decisão nº 191 da ANAC Devido aos reflexos da pandemia da COVID-19 (vide Nota Explicativa nº 11), houve a adesão à postergação do pagamento da outorga fixa e variável da Companhia do Aeroporto Internacional de Guarulhos para 18 de dezembro de 2020, conforme art. 2º da Lei nº 14.034 de 05 de agosto de 2020. O montante foi atualizado com base no índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

**Outorga fixa**  
Pela assinatura do contrato de concessão, a Companhia se obriga a pagar à União uma contribuição fixa no total de R\$ 16.213.000, reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a., conforme a orientação técnica OCP 05, que será paga em 20 parcelas anuais de R\$ 810.650. Esses pagamentos ocorrem no mês de julho de cada ano, sendo necessária a constituição de conta reserva em maio de cada ano. Os pagamentos são reajustados pelo IPCA-IBGE desde a data da realização da sessão pública do leilão, que ocorreu em fevereiro de 2012, até a data do efetivo pagamento, em conta a favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC). Até 31 de dezembro de 2020, a Companhia já liquidou 08 parcelas.

**Repação da outorga fixa**  
1ª Repaçoção  
Em 17 de agosto de 2017, através da Nota Técnica nº 11(SEI)/2017/SRA, a ANAC consentiu a reprogramação do fluxo de pagamento das outorgas e apresentou aditivo do contrato, estabelecendo o novo fluxo de pagamentos. Em 26 de outubro de 2017, a Medida Provisória nº 779/17, que tratava sobre a reprogramação do pagamento da contribuição fixa, foi convertida na Lei nº 13.499/17, a qual, celebra os aditivos contratuais que versam sobre a alteração do cronograma de pagamentos das outorgas nos contratos de parceria no setor aeroportuário celebrados até 31 de dezembro de 2016. Em 19 de dezembro de 2017, após o pagamento integral da outorga fixa de 2017, a Companhia realizou a antecipação do valor de R\$ 319.000 (em valores de 2012), atualizado até esta data, totalizando o montante de R\$ 460.000 referente à parte da outorga fixa de 2018, em conformidade com o aditamento ao contrato de concessão que alterou o fluxo de pagamento da outorga fixa original, nos termos da Lei nº 13.499/2017 e da Portaria nº 135/MTPA. De acordo com o referido aditamento, a Companhia postergou para os anos entre 2031 e 2032 o montante pago antecipadamente de R\$ 319.000, devidamente atualizado. O saldo remanescente de R\$ 172.650 (em valores de 2012), foi pago em 11 de julho de 2018, devidamente atualizado, totalizando o montante de R\$ 242.740.

2ª Repaçoção  
Com as alterações promovidas pela Lei nº 14.034 de 5 de agosto de 2020, onde prevê nos artigos 1º e 2º a postergação dos pagamentos das outorgas para 18 de dezembro, em virtude dos impactos causados pela pandemia do COVID 19. Mediante esta alteração, a Companhia em 17 de dezembro de 2020, assinou junto à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), termo aditivo ao contrato de concessão, contemplando a reprogramação do pagamento da Outorga Fixa, da seguinte forma:  
Pagamento da contribuição fixa de 2020 em duas parcelas, com 50% vencendo em 18 de dezembro de 2020, e os outros 50% a serem pagos junto com as outorgas fixas dos anos de 2020, 2020, 2031; e Postergação dos vencimentos das outorgas de 2021, 2022, 2023 e 2024 passando de 11 de julho para 18 de dezembro de cada ano. As informações foram divulgadas ao mercado através de fato relevante enviado em 18 de dezembro de 2020.

3ª Repaçoção  
Em 07 de dezembro de 2021, a Companhia protocolou um novo pedido de repaçoção da outorga fixa, considerando para o ano de 2021, o pagamento de 50% do montante da parcela devida, conforme portaria nº 139 de 03 de dezembro de 2021.

Em 29 de dezembro de 2021, o pedido foi indeferido pela ANAC. A Companhia impetrou Mandado de Segurança em virtude do indeferimento, obtendo deferimento integral do pedido de liminar. (Vide nota explicativa nº 27)

Outorga variável	2019	Adição	Atualização resultado	Pagamento	Transferência	Compensação (b)	Pagamento	2020
Outorga variável	155.999	183.080	-	-	-	-	(156.002)	183.077
Outorga fixa	1.293.670	-	252.154	26.715	1.334.494	(923.649)	-	1.983.384
(-) Reequilíbrio	(242.258)	(763.789)	(35.171)	-	-	1.969.651	-	38.453
<b>Circulante</b>	<b>1.207.381</b>	<b>(580.709)</b>	<b>216.983</b>	<b>26.715</b>	<b>1.334.494</b>	<b>1.046.002</b>	<b>-</b>	<b>2.04.894</b>
Outorga fixa	12.183.712	-	1.604.984	170.046	(1.334.494)	-	-	12.624.188
(-) Reequilíbrio	(94.560)	(9.474)	1.612	-	-	-	-	(102.422)
<b>Não circulante</b>	<b>12.089.152</b>	<b>(9.474)</b>	<b>1.606.596</b>	<b>170.046</b>	<b>(1.334.494)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12.521.736</b>
<b>Total</b>	<b>13.296.533</b>	<b>(590.183)</b>	<b>1.823.579</b>	<b>196.761</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14.726.660</b>

Reequilíbrio econômico financeiro - Decisão nº 215 da ANAC de 25 de novembro de 2020  
Em razão dos prejuízos causados pela pandemia da COVID-19, com o objetivo de recompor o equilíbrio econômico financeiro da Concessionária, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do contrato de concessão. O valor referente ao reequilíbrio verificado em 2020, corresponde ao montante de R\$ 854.914 a valores de 18 de dezembro de 2020, com incidência de PIS e COFINS sobre o montante.

Deste reequilíbrio, a Companhia compensou a parcela da outorga fixa a pagar de 2020 com vencimento em 18 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 634.639. O saldo remanescente não compensado de R\$ 220.275 será deduzido das parcelas das outorgas dos próximos anos.

Em 15 de maio de 2021, a Companhia compensou o montante de R\$ 156.002 referente a outorga variável do ano de 2020. O saldo remanescente não compensado de R\$ 69.273 será deduzido da parcela da outorga fixa a ser paga em 18 de dezembro de 2021.

Em 25 de agosto de 2021, conforme Decisão nº 404, a qual aprovou a revisão do fluxo de caixa marginal do Contrato de Concessão do valor do reequilíbrio concedido decorrente dos impactos da pandemia do COVID-19 para o ano de 2020, dos meses de outubro a dezembro de 2020, devendo as projeções utilizadas. Em decorrência dessa atualização o montante de desequilíbrio devido à Companhia passou a corresponder R\$ 832.281, portanto uma redução correspondente a R\$ 22.633.

Reequilíbrio econômico financeiro - Decisão nº 477 da ANAC de 06 de dezembro de 2021  
Em decorrência dos impactos causados pela pandemia COVID-19, a ANAC aprovou em 06 de dezembro de 2021, o valor correspondente ao desequilíbrio verificado em 2021, o montante de R\$ 799.675, a valores de 18 de dezembro de 2021. O valor aprovado pela Agência foi concedido com base em valores realizados e projetados no exercício, contudo a Companhia revisou o montante com base no realizado do exercício e mensurou um novo montante de R\$ 745.488, que será revisado no ano subsequente pela Agência.

14. Provisão para riscos (Consolidado)	2021	2020
A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.		
<b>Consolidado</b>	<b>Rever-sões /</b>	<b>Atualiza-ção mo-</b>
	<b>Consti-tuição</b>	<b>netária</b>
<b>Natureza do risco</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
Trabalhistas (a)	25.775	11.910 (8.656)
Cíveis (d)	3.619	6.894 (4.456)
Tributários (b)	165	10 (124)
Administrativos (c)	310	1.597 (627)
<b>Total</b>	<b>29.869</b>	<b>20.411 (13.863)</b>

2021	2020	
Receita com armazenagem e capatazia	865.970	610.049
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios	751.660	804.594
Receitas de aeronaves e passageiros	639.726	539.321
Impostos, deduções e cancelamentos	(654.581)	(578.209)
Receita de serviços	1.602.775	1.375.755
Receita de construção	32.024	39.543
<b>Receita total</b>	<b>1.634.799</b>	<b>1.415.298</b>

2021	2020	
Depreciação e amortização	(806.767)	(923.877)
Outorga variável	(180.060)	(153.425)
Serviços de terceiros	(109.117)	(103.890)
Pessoal	(107.186)	(109.909)
Conservação e manutenção	(85.655)	(82.836)
Energia elétrica	(38.623)	(35.042)
Custo de construção	(32.024)	(39.543)
Reversão (Provisão) para riscos*	(26.034)	(18.974)
Seguros e garantias	(11.756)	(10.224)
Aluguéis e impostos	(9.200)	(7.822)
Consultoria e acessoria	(9.015)	(8.784)
Veículos	(814)	(667)
Comunicação, marketing e publicidade	(754)	(1.223)
Reequilíbrio financeiro (*)	726.240	790.028
Reversão (perda) estimada em créditos de liquidação duvidosa (*)	(17.522)	(55.753)
Outras receitas operacionais	54.482	(83.479)
	(1.255.344)	(1.335.542)
Custo de serviços prestados	(63.204)	(39.543)
Custo de construção	(39.225)	(239.465)
Despesas gerais e administrativas	702.794	769.140
Outras receitas (despesas) operacionais	(653.809)	(845.410)

(\*) Em decorrência da retomada gradual dos passageiros apresentadas no último exercício, a Administração reavaliou os riscos de não recebimento dos valores a receber de clientes e realizou a reversão da PECLD. (\*) Na rubrica está incluído o reequilíbrio COVID líquido de impostos incidentes e demais reequilíbrios (Vide nota explicativas nº 13).

2021	2020	
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicação financeira	37.363	14.854
Outras receitas financeiras	57.704	41.964
<b>Total receitas financeiras</b>	<b>90.067</b>	<b>56.818</b>
Despesas financeiras		
Atualização da outorga de GRU (*)	(1.857.138)	(1.047.831)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(189.338)	(200.471)
Juros sobre debêntures	(116.418)	(79.903)
Comissões e despesas bancárias	(2.691)	(2.651)
Outros	(63.004)	(11.165)
<b>Total despesas financeiras</b>	<b>(2.228.589)</b>	<b>(1.341.211)</b>
<b>Total resultado financeiro</b>	<b>(2.138.522)</b>	<b>(1.284.393)</b>

**22. Informações por segmento**  
A Administração da Companhia baseia suas decisões de negócios em relatório financeiro preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações contábeis. As informações contábeis são regularmente revistas pela Administração da Companhia para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de

Natureza do risco	Consolidado			
	2019	Consti-tuição	Rever-sões / paga-mentos	Atualiza-ção mo-netária
Trabalhistas (a)	16.573	11.112	(2.745)	835
Cíveis (d)	343	3.403	(196)	69
Tributários (b)	170	-	(9)	4
Administrativos (c)	353	-	(49)	6
<b>Total</b>	<b>17.439</b>	<b>14.515</b>	<b>(2.999)</b>	<b>914</b>

A Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que as provisões registradas são suficientes para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis.

**Riscos possíveis - Valores não provisionados**

	2021	2020
<b>Provisão para riscos</b>		
Trabalhistas (a)	1.840	2.207
Tributários (b)	605.611	482.139
Administrativo (c)	40.695	42.534
Cíveis (d)	169.764	159.870
<b>Total</b>	<b>817.910</b>	<b>686.750</b>

(a) Riscos trabalhistas  
A Companhia é parte em diversos processos de natureza trabalhista cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de condenação subsidiária, decorrente de contratos de prestação de serviços (terceirização), estes processos representam 83% do total das contingências.

(b) Riscos tributários  
Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, cujos objetos, em sua maioria, estão relacionados à atividade de armazenagem de mercadorias sob pena de perdimento nos armazéns do Aeroporto, autos de infração lavrados pela Prefeitura do Município de Guarulhos arguindo a cobrança de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), e lançamentos de imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) realizados pela Prefeitura do Município de Guarulhos. No caso do IPTU, a Companhia entende possível requerer o reequilíbrio do contrato de concessão junto à ANAC.

Há também uma Ação Civil Pública por suposto ato de Improbidade Administrativa (processo nº 1000336-33.2019.8.26.0224) que tramita na 2ª Vara da Fazenda Pública de Guarulhos cujo objeto é a alíquota de ISS estipulada pela Prefeitura de Guarulhos entre os anos de 2012 a 2015, incidente sobre as receitas tarifárias.

(c) Administrativo  
Autuações oriundas de autoridades administrativas, como ANAC, ANVISA, IPEM-SP/INMETRO, Prefeitura do Município de Guarulhos, com instauração dos respectivos processos administrativos nos quais a Companhia figura no polo passivo.

(d) Riscos cíveis  
Processos de natureza indenizatória promovidos por passageiros, motivados por furto ou extravio de bagagem ou outros fatos ocorridos dentro do Aeroporto cuja responsabilidade está sendo imputada à Companhia, ou processos promovidos porcessionários de área aeroportuária (lojistas, companhias aéreas, outros) e fornecedores, relativos de pleitos de indenização, cobrança de valores, obrigação de fazer, ou outras naturezas.

→ continuação

## AEROPORTO DE GUARULHOS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 15.561.610/0001-31

instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As perdas de contas a receber foram registradas na rubrica de provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa, Nota Explicativa nº 6.

### • Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários.

A tabela a seguir resume o perfil de vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

### (c) Análise de sensibilidade nas taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e aplicações financeiras e efetuou análise de sensibilidade de acordo com o CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros.

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia possui aplicações financeiras a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros dos empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com o poder concedente estão vinculadas à variação da TJLP, IPCA e CDI.

Na tabela a seguir, demonstramos o cenário provável sobre os ativos e passivos financeiros adotado pela Companhia com base em projeções de indicadores do Banco Central do Brasil, principais instituições financeiras e nos preços de contratos futuros negociados em bolsa de valores e/ou mercadorias e futuros, com os respectivos impactos nos resultados da variável do risco considerado.

### Ativo financeiro

Operação	2021	Risco/ indexador	Cenário provável
Caixa e equivalentes de caixa (*)	247.737	CDI (% ao ano)	22.916
Aplicações financeiras vinculadas	905.715	CDI (% ao ano)	83.779
<b>Referência para ativos financeiros</b>			<b>Provável</b>
CDI (% ao ano)			9,25%

(\*) O montante R\$ 207.643 corresponde a aplicações em fundos de

investimento lastreados em títulos público indexadas pelo CDI.

### Passivo financeiro

Operação	2021	Risco/ indexador	Cenário provável
Empréstimos e financiamentos	2.361.695	TJLP (% ao ano)	125.642
Arrendamentos	7.864	CDI (% ao ano)	727
Debêntures	669.951	IPCA (% ao ano)	67.397
Concessão de serviço público	14.726.660	IPCA (% ao ano)	1.481.502
<b>Referência para passivos financeiros</b>			<b>Provável</b>
TJLP (% ao ano)			5,32%
CDI (% ao ano)			9,25%
IPCA (% ao ano)			10,06%

### 26. Transação não caixa

A Companhia no consolidado teve as seguintes transações não caixa no exercício que foram excluídas do fluxo de caixa:

	2021	2020
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos capitalizados	772	1.867
Encargos financeiros sobre outorga capitalizados	196.761	165.933
Aquisição de intangível e imobilizado ainda não liquidada (fornecedores)	4.639	4.499
Compensação outorga	1.079.651	665.752

### 27. Eventos subsequentes

Em 10 de janeiro de 2022, a Companhia GRU *Airport* impetrou Mandado de Segurança em razão do indeferimento injustificado da repactuação do cronograma de pagamento da outorga fixa, obtendo no dia 11 de janeiro de 2022 deferimento integral do pedido de liminar.

Em 19 de janeiro de 2022, a ANAC cumpriu a decisão judicial do Mandado de Segurança da suspensão da exigibilidade do recolhimento integral da parcela da outorga fixa vencida em 18 de dezembro de 2021 para GRU *Airport*.

### A Diretoria

Leandro Ferreira Gonçalves - Controller Corporativo

Amanda do Vale - Contadora - CRC-RJ 117644/O-8

### RELATÓRIOS DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

#### Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Guarulhos – SP

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do **Aeroporto Internacional de Guarulhos Participações S.A.** ("Companhia") e sua controlada, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada do Aeroporto Internacional de Guarulhos Participações S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

#### Ênfase

#### Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras consolidadas, que indicam que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 979.774.000 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 124.206.000 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020) e que, naquela data, o passivo circulante excedia o ativo circulante no consolidado em R\$ 1.709.398.000 (R\$ 1.121.629.000 em 31 de dezembro de 2020).

A Administração considera o pressuposto da continuidade operacional da Companhia, pois com base nos seus estudos e projeções a situação patrimonial e financeira descritas acima é prevista no plano de negócios, que indica que a Companhia gerará recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível. Adicionalmente, além do fluxo de caixa das operações

projetado para os próximos doze meses ser positivo, a Companhia possui saldos de contas vinculadas destinadas ao pagamento da Outorga; bem como conta com o suporte financeiro dos seus acionistas para fazer frente aos compromissos de caixa, especificamente relacionados às obrigações de curto prazo junto ao BNDES, contrato este vinculado às obrigações da Outorga. Em 31 de dezembro de 2021, tais questões indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

#### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

#### Auditoria das cifras do ano anterior

As demonstrações contábeis, mencionadas no primeiro parágrafo, incluem informações contábeis correspondentes: (i) ao resultado e resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, obtidas das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação. O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 15 de março de 2021, sem ressalvas e com parágrafo sobre incerteza relacionada com a continuidade operacional. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer procedimentos sobre as informações financeiras referentes as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assessoração sobre eles tomados em conjunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### Responsabilidade dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta

a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2022

Mazars Auditores Independentes

CRC 2SP023701/O-8 "F" RJ

Cleber de Araujo

Contador CRC 1SP213655/O-8

**mazars**

Documento assinado digitalmente

conforme MP nº 2.200-2 de

24/08/2001, que institui a Infraestrutura

de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA

04067191000160 em 29/03/2022 20:36

A autenticidade deste documento

pode ser conferida através do QR Code

ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2022/03/29/AEROPORTODEGUARULHOS1561309129032022.pdf>

Hash: 16485105624cfd1971c4340fbb9449fd91c2ac843